

COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL

CNPJ: 22.749.014/0001-45

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2021 da COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL na forma da legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2021 o SICOOB UNIÃO CENTRAL completou 34 anos, mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público-alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2021, o SICOOB UNIÃO CENTRAL obteve um resultado de R\$ 9.565.463,08, representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 25,64% em relação a dezembro de 2020.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 122.521.615,96. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 138.881.472,67.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	27.553.607,27	19,84%
Carteira Comercial	111.327.865,4	80,16%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 12,51% da carteira, no montante de R\$ 17.380.585,07.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 207.571.341,84, apresentaram uma variação de 13,18% em relação a dezembro de 2020. 183.404.110,11 As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	80.758.243,69	38,90%
Depósitos a Prazo	116.747.871,48	56,24%
LCA	10.065.226,67	4,85%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2021 o percentual de 22,26% da captação, no montante de R\$ 46.308.375,34.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB UNIÃO CENTRAL era de R\$ 43.237.782,65. O quadro de associados era composto por 11.022 cooperados, havendo um acréscimo de 9,19% em relação a dezembro de 2020.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercando ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB UNIÃO CENTRAL adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 93,17% nos níveis de “AA” a “C”.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo Diretor responsável pelo gerenciamento contínuo de riscos, conforme previsto na Resolução CMN 4.606/17. Essa diretoria visa acompanhar a aderência aos normativos vigentes, seja interno e/ou sistêmico (SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e SICOOB CONFEDERAÇÃO), bem como aqueles oriundos da legislação vigente.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO

e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o enriquecimento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito em AGO, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB UNIÃO CENTRAL aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO e todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2021, a Ouvidoria do SICOOB UNIÃO CENTRAL registrou 16 (dezesseis) manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, haviam reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das reclamações, 4 (quatro) foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo

de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150 de 30/10/2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 3º da Resolução CMN nº 4.933 de 29/7/2021, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% do montante dos saldos das contas referentes aos instrumentos financeiros, ainda que os créditos correspondentes não sejam cobertos pela garantia ordinária. Abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no art. 4º da Resolução BCB nº 127 de 11/8/2021. Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiais a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos empregados pela dedicação.

Paraopeba (MG), 11 de fevereiro de 2022.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS MAURICIO MASCARENHAS MOTA
Presidente do Conselho de Administração
CÉLIO AFONSO GUERRA FIGUEIREDO - Conselheiro
EDILSON GERALDO DA COSTA - Conselheiro
JOSÉ EDUARDO CARNEIRO M. DINIZ - Conselheiro
LEONARDO FERREIRA MAZZONI - Conselheiro
LUIZ CARLOS CARVALHO REZENDE - Conselheiro
MARCOS ANTERO FILHO - Conselheiro
RAFAEL HENRIQUE CORRÊA CASTRO - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

EDUARDO MARQUES DOS SANTOS - Diretor de Negócios
RODRIGO JOSÉ DINIZ CASTRO - Diretor Administrativo

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO		284.984.445,42	249.203.875,66
DISPONIBILIDADES	4	5.221.293,46	5.609.245,45
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		265.288.469,27	234.358.558,98
Relações Interfinanceiras		122.521.615,96	123.900.298,74
Centralização Financeira	4	122.521.615,96	123.900.298,74
Operações de Crédito	5	138.881.472,67	107.940.169,43
Outros Ativos Financeiros		3.885.380,64	2.518.090,81
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	6	(4.964.088,80)	(4.632.310,34)
(-) Operações de Crédito	5	(4.873.563,23)	(4.523.616,44)
(-) Outras	6	(90.525,57)	(108.693,90)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	7	291.806,55	4.394,58
OUTROS ATIVOS	8	4.414.844,12	3.895.156,40
INVESTIMENTOS	9	5.909.478,11	5.535.405,08
IMOBILIZADO DE USO	10	12.448.158,07	7.591.780,59
INTANGÍVEL	11	26.711,10	26.711,10
(-) DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES		(3.652.226,46)	(3.185.066,18)
TOTAL DO ATIVO		284.984.445,42	249.203.875,66

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS - Em Reais					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Reais				
	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020		Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14.933.101,72	25.395.070,56	18.899.267,53	SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL	5.584.713,97	10.409.840,84	7.214.836,78	7.214.836,78
Operações de Crédito	23	10.763.366,11	19.639.541,13	15.914.981,61	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-	-	-
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4	4.169.735,61	5.755.529,43	2.984.285,92	TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	5.584.713,97	10.409.840,84	7.214.836,78	7.214.836,78
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	24	(4.756.875,40)	(6.856.343,05)	(3.755.288,31)					
Operações de Captação no Mercado		(3.862.443,06)	(5.271.594,71)	(2.503.272,51)					
Operações de Empréstimos e Repasses		(356.254,93)	(684.568,95)	(494.358,74)					
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(538.177,41)	(900.179,39)	(757.657,06)					
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		10.176.226,32	18.538.727,51	15.143.979,22					
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(3.924.841,33)	(6.970.810,21)	(7.149.562,96)					
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	25	3.193.196,30	6.168.669,99	4.494.114,62					
Rendas de Tarifas	26	2.004.164,40	3.914.353,05	3.586.388,72					
Dispêndios e Despesas de Pessoal	27	(4.981.501,03)	(9.593.899,08)	(8.587.631,89)					
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	28	(4.337.688,26)	(8.336.062,36)	(7.775.510,57)					
Dispêndios e Despesas Tributárias		(273.410,87)	(533.913,87)	(405.687,20)					
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	29	1.250.994,08	2.526.723,58	2.682.449,84					
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	30	(780.595,95)	(1.116.681,52)	(1.143.686,48)					
PROVISÕES	31	(115.980,27)	(39.217,52)	275.606,09					
Provisões/Reversões para Contingências		(70.755,22)	(115.004,82)	526.420,96					
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(45.225,05)	75.787,30	(250.814,87)					
RESULTADO OPERACIONAL		6.135.404,72	11.528.699,78	8.270.022,35					
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		76.388,89	99.685,45	(22.556,69)					
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens		-	(0,04)	-					
Ganhos de Capital		9.987,01	31.460,40	19.238,67					
Reversão de Provisões Não Operacionais		71.163,43	96.956,49	-					
Outras Rendas Não Operacionais		6.615,34	8.615,34	-					
(-) Perdas de Capital		(9.067,29)	(27.344,41)	(24.858,89)					
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(2.309,60)	(10.002,33)	(16.936,47)					
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		6.211.793,61	11.628.385,23	8.247.465,66					
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(209.755,69)	(641.838,20)	(590.451,80)					
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(96.484,06)	(362.115,60)	(364.517,76)					
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(113.271,63)	(279.722,60)	(225.934,04)					
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(417.323,95)	(576.706,19)	(442.177,08)					
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		5.584.713,97	10.409.840,84	7.214.836,78					
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		4.979.234,20	9.565.463,08	6.707.567,52					

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Reais					
	Notas	2º Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020	
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES					
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		6.211.793,61	11.628.385,23	8.247.465,66	
Distribuição de Sobras e Dividendos		(209.395,83)	(209.395,83)	(145.199,17)	
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		-	(206.855,09)	(186.424,45)	
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		538.177,41	900.179,39	757.657,06	
Provisões/Reversões Não Operacionais		45.225,05	(75.787,30)	250.814,87	
Provisões/Reversões para Contingências		(71.163,43)	(96.956,49)	-	
Atualização de Depósitos em Garantia		70.755,22	115.004,82	(526.420,99)	
Depreciações e Amortizações		(27.519,86)	(40.127,79)	(21.108,66)	
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		6.849.415,11	12.615.665,60	8.952.159,85	
Aumento (redução) em ativos operacionais					
Operações de Crédito		(15.169.936,72)	(31.403.120,19)	(41.961.382,61)	
Outros Ativos Financeiros		-	(810.202,53)	124.039,30	
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(164.211,98)	(287.411,97)	2.035,06	
Outros Ativos		110.197,37	(422.731,23)	370.393,09	
Aumento (redução) em passivos operacionais					
Depósitos à Vista		(6.212.231,84)	(3.651.488,02)	39.776.799,74	
Depósitos à Prazo		10.236.045,90	17.853.636,13	22.266.753,76	
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos		5.795.689,39	5.151.051,01	1.011.835,75	
Relações Interfinanceiras		1.373.047,76	4.931.806,39	3.594.628,32	
Outros Passivos Financeiros		1.147.190,31	(702.056,59)	781.324,27	
Provisões		110.595,83	108.799,02	(38.498,16)	
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		313.230,08	570.612,97	102.414,50	
Outros Passivos		(1.027.937,08)	(1.509.316,09)	71.036,68	
FATES - Atos Cooperativos		(475.257,06)	(475.257,06)	(335.378,38)	
FATES - Atos Não Cooperativos		(60.321,93)	(60.321,93)	-	
Imposto de Renda		(96.484,06)	(362.115,60)	(364.517,76)	
Contribuição Social		(113.271,63)	(279.722,60)	(225.934,04)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		1.805.556,92	2.844.283,82	34.127.709,37	
Atividades de Investimentos					
Distribuição de Dividendos		-	4.260,24	12.000,17	
Distribuição de Sobras da Central		-	202.594,85	174.424,28	
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos		209.395,83	209.395,83	145.199,17	
Aquisição de Intangível		-	-	(10.500,00)	
Aquisição de Imobilizado de Uso		(2.696.930,85)	(4.990.435,86)	(1.745.053,08)	
Aquisição de Investimentos		(227.556,52)	(374.073,03)	(215.369,47)	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		(2.715.091,54)	(4.948.257,97)	(1.639.298,93)	
Atividades de Financiamentos					
Aumento por novos aportes de Capital		640.220,01	931.033,36	346.115,66	
Devolução de Capital à Cooperados		(1.242.690,67)	(1.720.137,66)	(2.013.490,59)	
Estorno de Capital		(384,00)	-	(384,00)	
Distribuição de sobras para associados		-	(26.262,11)	(6.345,19)	
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		830.580,35	830.580,35	477.650,45	
Reversões de Fundos		322.509,44	322.509,44	-	
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		550.235,13	337.339,38	(1.196.069,67)	
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(359.299,49)	(1.766.634,77)	31.292.340,77	
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		128.102.208,91	129.509.544,19	98.217.203,42	
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		127.742.909,42	127.742.909,42	129.509.544,19	
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		(359.299,49)	(1.766.634,77)	31.292.340,77	

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, que iniciou suas atividades em 01/07/1987, filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015,



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL

CNPJ: 22.749.014/0001-45

2019, a Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, a Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e a Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

- As principais alterações em decorrência destes normativos:
- i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;
 - ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;
 - iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;
 - iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros
Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN nº 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 33, de 29 de outubro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto mantidos pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para a divulgação em notas explicativas de informações relacionadas a esses investimentos pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução BCB nº 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidênciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos

Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1º de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1º de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL** junto a seus associados, empregados e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

f) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei nº

5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

g) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

h) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

i) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

j) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CREDIMINAS** e ações do **BANCO SICOOB**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

k) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

l) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

m) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contábeis, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

n) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

o) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Outros Ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

q) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

r) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

t) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

u) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR/2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

v) Segregação em Circulante e Não Circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

w) Valor Recuperável de Ativos – Impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

x) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

y) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2021**.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários	5.221.293,46	5.609.245,45
Relações interfinanceiras - centralização financeira	122.521.615,96	123.900.298,74
TOTAL	127.742.909,42	129.509.544,19

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira ..	4.169.735,61	5.755.529,43	2.984.285,92

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:	Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020
AA -	Normal	2.902.590,53	1.622.868,10	3.457.497,15	7.982.955,78		2.978.473,55	
A 0,5%	Normal	33.206.644,77	10.059.807,78	16.592.077,36	59.858.529,91	(299.292,65)	54.239.027,18	(271.195,14)
B 1%	Normal	19.775.633,78	12.707.849,07	4.405.913,83	36.889.396,68	(368.893,97)	26.760.016,11	(267.600,16)
C 1%	Vencidas	150.372,55	0,00	0,00	150.372,55	(1.503,73)	122.762,09	(1.227,62)
C 3%	Normal	15.799.452,72	5.891.414,00	2.582.227,94	24.273.094,66	(728.192,84)	15.687.384,11	(470.621,52)
D 3%	Vencidas	140.599,23	95.875,95	3.768,54	240.243,72	(7.207,31)	24.842,58	(745,28)
D 10%	Normal	2.661.474,57	840.927,43	268.746,78	3.771.148,78	(377.114,88)	3.314.852,27	(331.485,23)
D 10%	Vencidas	416.297,40	66.463,69	0,00	482.761,09	(48.276,11)	86.468,42	(8.646,84)
E 30%	Normal	1.273.863,32	5.654,63	202.497,25	1.482.015,20	(444.604,56)	1.166.681,42	(350.004,43)
E 30%	Vencidas	479.140,39	101.655,18	0,00	580.795,57	(174.238,67)	153.785,14	(46.135,54)
F 50%	Normal	716.820,15	10.573,99	40.878,42	768.272,56	(384.136,28)	934.481,07	(467.240,54)
F 50%	Vencidas	312.804,22	30.475,54	0,00	343.279,76	(171.639,88)	35.062,13	(17.531,07)
G 70%	Normal	458.399,44	0,00	0,00	458.399,44	(320.879,61)	340.092,03	(238.064,42)
G 70%	Vencidas	172.755,39	2.661,75	0,00	175.417,14	(122.792,00)	143.744,17	(100.620,92)
H 100%	Normal	880.052,78	0,00	0,00	880.052,78	(880.052,78)	1.398.770,32	(1.398.770,32)
H 100%	Vencidas	510.553,66	34.183,39	0,00	544.737,05	(544.737,05)	553.726,84	(553.726,84)
Total Normal		77.744.932,06	31.139.095,00	27.549.838,73	136.363.865,79	(3.803.167,57)	106.818.778,06	(3.794.981,76)
Total Vencidos		2.182.522,84	331.315,50	3.768,54	2.517.606,88	(1.070.394,75)	1.120.391,37	(728.634,11)
Total Geral		79.857.454,90	31.470.410,50	27.553.607,27	138.881.472,67	(4.873.562,32)	107.940.169,43	(4.523.615,87)
Provisões		(4.020.400,84)	(536.499,81)	(312.662,58)	(4.873.563,23)		(4.523.616,44)	
Total Líquido		75.837.054,06	30.933.910,69	27.240.944,69	134.007.909,44		107.940.339,43	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	14.288.295,97	22.986.625,44	42.582.533,49	79.857.454,90
Financiamentos	2.880.536,89	8.058.604,67	20.531.268,94	31.470.410,50
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.783.604,27	10.640.745,92	15.129.257,08	27.553.607,27
TOTAL	18.952.437,13	41.685.976,03	78.243.059,51	138.881.472,67

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:	Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Comércio		17.127.215,34	6.602.621,68	0,00	23.729.837,02	0,17%
Setor Privado - Indústria		53.205,29	16.341,42	0,00	69.546,71	0,00%
Setor Privado - Serviços		20.591.297,44	9.457.430,80	203.396,73	30.252.124,97	0,22%
Pessoa Física		39.828.336,65	14.750.668,72	27.095.681,76	81.674.687,13	0,59%
Outros		2.257.400,18	643.347,88	254.528,78	3.155.276,84	0,02%
TOTAL		79.857.454,90	31.470.410,50	27.553.607,27	138.881.472,67	1,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial		4.523.616,44	5.044.296,95
Constituições/Reversões no período		918.383,37	828.084,35
Transferência para Prejuízo no período		(568.436,58)	(1.348.764,86)
Saldo Final		4.873.563,23	4.523.616,44

f) Concentração dos principais devedores:	Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor		1.370.284,18	0,01%	1.381.521,85	0,01%
10 Maiores Devedores		10.236.011,71	0,07%	10.208.299,36	0,09%
50 Maiores Devedores		31.104.405,34	0,22%	28.490.693,44	0,26%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:	Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo Inicial		3.327.677,72	3.042.829,12
Valor das operações transferidas no período		568.436,58	1.348.764,86
Valor das operações recuperadas no período		(357.811,28)	(1.037.075,46)
Descontos concedidos nas operações recuperadas			(26.840,80)
Saldo Final		3.538.302,02	3.327.677,72

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de “Receitas de Operações de Crédito”.

h) Operações renegociadas: Em **31 de dezembro de 2021** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **R\$ 10.075.311,50**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL

CNPJ: 22.749.014/0001-45

11. Intangível São demonstrados pelos custos de aquisição, menos a amortização acumulada. Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as aplicações em Ativos Intangíveis estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sistemas De Processamento De Dados	26.711,10	26.711,10
Total de Intangível	26.711,10	26.711,10
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(13.145,78)	(8.945,78)
Total de Amortização de ativos Intangíveis	(13.145,78)	(8.945,78)
TOTAL	13.565,32	17.765,32

12. Depósitos Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	80.758.243,69	0,00	84.409.731,71	0,00
Depósito a Prazo	116.721.686,80	26.184,68	98.894.235,35	0,00
TOTAL	197.479.930,49	26.184,68	183.303.967,06	0,00

(a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade. (b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeira, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo. Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN nº 4.284/13. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	11.329.767,72	0,06%	4.116.452,65	0,02%
10 Maiores Depositantes	32.742.116,36	0,17%	23.372.631,12	0,13%
50 Maiores Depositantes	67.498.740,43	0,34%	52.351.030,66	0,28%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos a Prazo	(3.375.286,89)	(4.604.634,46)	(2.230.108,18)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(327.489,37)	(364.307,00)	(42.642,99)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(159.666,80)	(302.653,25)	(230.521,34)
TOTAL	(3.862.443,06)	(5.271.594,71)	(2.503.272,51)

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Referem-se a Letras de Crédito do Agronegócio – LCA que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados (Lei nº 11.076/04) e a Letras de Crédito Imobiliário – LCI, lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel conforme Lei nº 10.931/04). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostas: (se aplicável)

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações por Emissão de Letras de Créd. do Agronegócio - LCA.....	10.065.226,67	0,00	2.614.032,61	100.143,05
TOTAL	10.065.226,67	0,00	2.614.032,61	100.143,05

São remunerados por encargos financeiros calculados com base em percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários. Os valores apropriados em despesas podem ser consultados na nota explicativa nº 12d - Depósitos - Despesas com operações de captação de mercado.

14. Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Repasses Interfinanceiros:

Instituições			31/12/2021		31/12/2020	
	Taxa	Vencimento	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob			6.192.393,93	9.093.379,82	3.850.313,33	6.025.725,27
(-) Despesas a Apropriar Bancoob			(287.285,30)	(956.993,64)	(176.847,66)	(589.502,52)
TOTAL			5.905.108,63	8.136.386,18	3.673.465,67	5.436.222,75

b) Despesas de Repasses Interfinanceiros / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(356.254,93)	(356.254,93)	(253.009,86)
Outras Instituições	0,00	(328.314,02)	(241.348,88)
TOTAL	(356.254,93)	(684.568,95)	(494.358,74)

15. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos em Trânsito de Terceiros (a).....	1.788.777,39	0,00	2.567.180,68	0,00
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos.....	16.059,67	0,00	2.309,44	0,00
Cobrança E Arrecadação de Tributos e Assemelhados (b).....	76.591,82	0,00	13.995,35	0,00
TOTAL	1.881.428,88	0,00	2.583.485,47	0,00

(a) Em Recursos em Trânsito de Terceiros temos registrados os valores a repassar relativos a Convênio de Energia Elétrica e Gás (R\$ 48.989,83) e outros (R\$ 1.739.787,56);

(b) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R\$ 63.812,39), Federais (R\$ 24,00), Municipais (R\$ 11.727,99) e outros (R\$ 1.027,44).

16. Instrumentos Financeiros

O SICOOB UNIÃO CENTRAL opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

17. Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas (a).....	305.496,98	129.761,33	187.883,63	323.161,98
Provisão Para Contingências (b).....	0,00	4.957.625,61	2.344.946,53	2.388.875,24
TOTAL	305.496,98	5.087.386,94	2.532.830,16	2.712.037,22

(a) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das cobriragões concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a cooperativa é responsável por cobriragões e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Cobriragões Prestadas	23.423.650,82	18.747.388,45
TOTAL	23.423.650,82	18.747.388,45

(b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantêm como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
PIS.....	347.928,97	347.928,97	342.921,10	342.921,10
PIS FOLHA.....	734.039,82	424.290,06	664.773,70	358.234,37
COFINS.....	1.402.100,48	1.402.100,48	1.381.180,44	1.381.180,44
Trabalhistas.....	2.226.834,60	0,00	2.117.942,66	0,00
Outras Contingências.....	246.721,74	15.623,44	227.003,87	14.985,57
TOTAL.....	4.957.625,61	2.189.942,95	4.733.821,77	2.097.321,48

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB UNIÃO CENTRAL, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 98.129,88. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

18. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar.....	641.611,15	0,00	193.649,56	0,00
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	29.801,26	0,00	38.599,94	0,00
Impostos e Contribuições sobre Salários	363.309,13	0,00	249.140,69	0,00
Outros.....	72.052,57	0,00	54.770,95	0,00
TOTAL	1.106.774,11	0,00	536.161,14	0,00

19. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de outros passivos estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sociais e Estatutárias (a).....	4.727.728,13	0,00	5.108.579,67	0,00
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros.....	1.528.172,70	0,00	1.590.577,54	0,00
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b).....	1.533.857,39	0,00	1.214.101,08	0,00
Credores Diversos – Pais (c).....	531.535,13	0,00	496.267,20	0,00
TOTAL.....	8.321.293,35	0,00	8.409.525,49	0,00

(a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nas Sobras	7.205,78	0,00	442.177,08	0,00
Gratificações e Participações a Pagar	0,00	0,00	40.260,72	0,00
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	3.648.118,03	0,00	3.544.008,08	0,00
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	1.072.404,32	0,00	1.082.133,79	0,00
TOTAL	4.727.728,13	0,00	5.108.579,67	0,00

(a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

(a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

(a.3) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos empregados nas sobras.

(b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R\$ 1.071.266,42) e outros (R\$ 462.590,97);

(c) Os saldos em Credores Diversos - Pais referem-se a Pendências a Regularizar BANCO SICOOB (R\$ 229.693,06), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R\$ 36.721,13), Saldos Credores - Encerramento C/C (R\$ 1.473,31), Cheques Depositados Relativos a Descontos Aguardando Compensação (R\$ 93.547,54), Credores Diversos-Liquidação Cobrança (R\$ 0,00) e outros (R\$ 170.100,09).

20. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição

	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	19.396.026,32	17.704.304,50
Associados	11.022	10.789

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 13/03/2021, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 da seguinte forma:

• 100% para Incorporação na Conta Capital dos Associados, no valor de R\$ 1.676.891,88.

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício	9.565.463,08	6.707.567,52
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(60.321,93)	0,00
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	9.505.141,15	6.707.567,52
Fundo de Reserva	(6.653.598,80)	(4.695.297,26)
Fundo de assistência técnica, educacional e social	(475.257,06)	(335.378,38)
Reversão devido utilização do FATES	322.509,44	0,00
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.698.794,73	1.676.891,88

21. Resultado de Atos Não Cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra/perda líquida do exercício (desconsiderando desp. IRPJ/CSLL)	10.207.301,28	7.298.019,32
Resultado de atos com associados	(7.910.041,21)	(5.870.440,29)
(-) Ajustes do resultado com não associados (IRPJ/CSLL)	(641.838,20)	(590.451,80)
(-) Outras deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(1.595.099,95)	(924.154,13)
(=) Resultado de atos com não associados conf. Art. 87 da Lei 5764/71	60.321,93	(87.026,90)

22. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R\$ 605.479,77. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

23. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	123.681,26	248.300,41	276.371,34
Rendas de Empréstimos	7.199.358,27	12.911.303,57	9.987.727,81
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	436.251,67	800.038,21	654.390,81
Rendas de Financiamentos	1.867.078,48	3.506.639,60	2.489.248,63
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Livres	588.171,88	1.106.016,90	1.071.399,81
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados à Vista	230.791,50	435.499,52	222.103,87
Rendas de Financiamentos Rurais - Recursos Direcionados da Poupança Rural	116.943,02	232.658,54	159.655,85
Rendas de Créditos Por Avals E Fianças Honradas	0,10	0,10	0,00
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	201.089,93	399.084,28	1.054.083,49
TOTAL	10.763.366,11	19.639.541,13	15.914.981,61

24. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas De Captação	(3.862.443,06)	(5.271.594,71)	(2.503.272,51)
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	(356.254,93)	(684.568,95)	(494.358,74)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.531.581,44	3.204.423,23	4.567.580,54
Reversões de Provisões para Outros Créditos	143.589,93	197.633,54	84.576,51
Provisões para Operações de Crédito	(2.125.134,44)	(4.016.186,97)	(5.248.497,60)
Provisões para Outros Créditos	(88.214,34)	(286.049,19)	(161.316,51)
TOTAL	(4.756.875,40)	(6.856.343,05)	(3.755.288,31)

25. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	461.856,65	892.042,19	898.644,37
Rendas de Transferências de Fundos	0,00	12.306,64	27.425,12
Rendas de Outros Serviços	2.731.339,65	5.264.321,16	3.568.045,13
TOTAL	3.193.196,30	6.168.669,99	4.494.123,62

26. Rendas de Tarifas

Descrição	2º sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF.....	1.073.621,60	2.083.056,60	1.744.837,58
Rendas de Serviços Prioritários - PF.....	204.311,75	421.629,35	522.570,43
Rendas de Serviços Diferenciados - PF.....	8.888,65	17.482,65	18.337,00
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ.....	717.342,40	1.392.184,45	1.300.643,71
TOTAL.....	2.004.164,40	3.914.353,05	3.586.388,72



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL

CNPJ: 22.749.014/0001-45

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em 2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	4.100.708,97	2,2202%	13.511,66
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico.....	665.293,10	0,3602%	5.389,19
TOTAL.....	4.766.002,07	2,5803%	18.900,85
Montante das Operações Passivas.....	3.304.359,45	2,0059%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021

CPR (física, financeira, coobrigações)		
Empréstimos e Financiamentos		1,0326%
Títulos Descontados e Cheques Descontados		0,9948%
Crédito Rural (modalidades)		1,6343%
Aplicações Financeiras		2,0059%

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2021:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	13.064,03	346,81	1,2299%
Financiamentos Rurais	1.707.870,11	7.886,51	6,1984%
Empréstimos	383.296,94	3.959,88	0,5176%
Financiamentos	165.440,50	1.389,46	0,5257%
Direitos Creditórios Descontados.....	7.938,26	0,00	0,2130%
Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	458.182,10	0,5844%	0%
Depósitos a Prazo	2.990.496,77	2,5615%	0,7123%
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	219.277,82	2,1786%	0,6562%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/fremuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados.....	1,4771%	1,50
Empréstimos	1,4050%	32,44
Financiamentos	0,9350%	47,09
Aplicação Financeira - Pós Fixada (% CDI)	93,2415%	164,16
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	1,3459%	7,50

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação. d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	2.780.387,06
Empréstimos	2.520.297,22
Financiamentos	265.303,42

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações.....	1.040.424,67	820.200,17
f) Em 2021, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:		

Descrição	BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2021 (R\$)		BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$)	
	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
INSS Diretoria/Conselheiros.....	(94.948,70)	(196.172,50)	(96.806,38)	(199.903,52)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração.....	(449.858,39)	(869.393,58)	(454.352,06)	(940.695,96)
F.G.T.S. Diretoria	(25.318,91)	(56.375,85)	(32.247,24)	(67.053,74)
Plano de Saúde	(1.882,92)	(2.190,24)	0,00	0,00

35. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL - SICOOB UNIÃO CENTRAL, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à COOPERATIVA CENTRAL CRÉDITO DE MINAS GERAIS LTDA - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos. Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB UNIÃO CENTRAL responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020		
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira.....	122.521.615,96	123.900.298,74		
Ativo - Investimentos	5.825.912,79	5.451.839,76		
Total das Operações Ativas	128.347.528,75	129.352.138,50		
Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:				
Descrição	2º sem/21	31/12/2021	2º sem/20	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.169.735,61	5.755.529,43	1.254.653,79	2.984.285,92
Total das Receitas	4.169.735,61	5.755.529,43	1.254.653,79	2.984.285,92
Taxa de Despesas da Central.....	(215.125,95)	(505.075,79)	(296.151,05)	(585.435,44)
Total das Despesas	(215.125,95)	(505.075,79)	(296.151,05)	(585.435,44)

36. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

36.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS. A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

36.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico-financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;
- validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;
- procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- identificação e tratamento de ativos problemáticos;
- sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;
- monitoramento e reporte dos limites de appetite por riscos;
- informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;
- uma responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;
- modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;
- aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;
- limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

36.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAJur1, RWAJur2, RWAJur3, RWAJur4, RWAcam, RWacom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

36.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

- limite mínimo de liquidez;

- fluxo de caixa projetado;

- aplicação de cenários de estresse;

- definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

36.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes atuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

36.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

36.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

37. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

38. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	43.237.782,65	34.188.566,72
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	172.121.256,97	143.796.406,65
Índice de Basileia (mínimo 11%) %	25,12	23,77
Imobilização para cálculo do limite	8.809.077,39	4.415.660,19
Índice de imobilização (limite 50%) %	20,37	12,91

Paraopeba (MG), 11 de fevereiro de 2022.

Cooperativa de Crédito da Região Central de Minas Ltda SICOOB UNIÃO CENTRAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

CARLOS MAURÍCIO MASCARENHAS MOTA - Presidente do Conselho de Administração

CÉLIO AFONSO GUERRA FIGUEIREDO - Conselheiro

EDILSON GERALDO DA COSTA - Conselheiro

JOSÉ EDUARDO CARNEIRO M. DINIZ - Conselheiro

LEONARDO FERREIRA MAZZONI - Conselheiro

LUIZ CARLOS CARVALHO REZENDE - Conselheiro

MARCOS ANTERO FILHO - Conselheiro

RAFAEL HENRIQUE CORRÊA CASTRO - Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

EDUARDO MARQUES DOS SANTOS - Diretor de Negócios

RODRIGO JOSÉ DINIZ CASTRO - Diretor Administrativo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

SUZANA APARECIDA CARVALHO DE OLIVEIRA - Contadora CRC/DF-020.104/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito da Região Central de Minas Ltda. - SICOOB UNIÃO CENTRAL Paraopeba/MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da razão social da Cooperativa de Crédito da Região Central de Minas Ltda. - SICOOB UNIÃO CENTRAL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB UNIÃO CENTRAL em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

</



COOPERATIVA DE CRÉDITO DA REGIÃO CENTRAL DE MINAS LTDA. - SICOOB UNIÃO CENTRAL

CNPJ: 22.749.014/0001-45

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento

profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base

contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 14 de fevereiro de 2022.
Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG 90.766 CNAI 2994



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do SICOOB UNIÃO CENTRAL - Cooperativa de Crédito da Região Central de Minas Ltda, reunido em 25/02/2022, em cumprimento do art. 90, inciso IV, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao Exercício de 2021, encerrado em 31 de dezembro de 2021, tendo encontrado tudo na mais perfeita ordem.

Em nossa opinião, as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB UNIÃO CENTRAL, Cooperativa de Crédito da Região Central de Minas Ltda, em 31 de dezembro de 2021.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, das Demonstrações Contábeis relativas ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Paraopeba(MI), 25 de Fevereiro de 2022.

THAUAN VINÍCIUS CORRÊA FERREIRA
Coordenador do Conselho Fiscal

RODRIGO AVELAR ROCHA
Secretário do Conselho Fiscal

GERALDO CESAR FRUTUOSO GUIMARÃES
Membro Efetivo

A TAQUARIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA, por determinação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMMAD, torna público que foi concedida através de Processo Administrativo nº 62.822/2021, a Licença de Instalação, para a atividade de parcelamento do solo, localizada na Rua Taquaril, s/n, Fazendas Ponte Alta em Betim/MG.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRACATU/MG

A Pref. torna público a abertura do Proc. Licit. nº 012/2022, Pregão Eletrônico nº 009/2022 - SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE VEÍCULOS, ZERO KM, PARA AS UNIDADES DE SERVIÇO EM SAÚDE DA ATENÇÃO BÁSICA DA SEC. MUNIC. DE SAÚDE DE IBIRACATU/MG - RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: DAS 08H00MIN DO DIA 17 DE MARÇO DE 2022 ATÉ ÀS 09H29MIN DO DIA 31 DE MARÇO DE 2022; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: ÀS 09H30MIN DO DIA 31 DE MARÇO DE 2022. e-mail: pmibiracatulicitacao@gmail.com site: <http://www.ibiracatu.mg.gov.br> <http://blcompras.com>

Kleber da Silva de Moraes - Pregoeiro Oficial.

HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES - BOCAIUVA/MG PUBLICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES, através de sua Pregoeira Oficial torna público o PL. 007/2022 – PP 005/2022. Obj.: REG. DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORN. DE TUBOS DE COLETA DE SANGUE, REAGENTES LABORATORIAIS, CONTROLES E CALIBRADORES COM COMODATO DE ANALISADORES DE: GASOMETRIA, BIOQUÍMICO, ÍONS, COAGULAÇÃO, POINT OFCARE TOTALMENTE AUTOMATIZADOS, E ANALISADOR QUÍMICO SEMI AUTOMÁTICO PARA URINA, APARELHOS NOVOS E COMPLETOS, INCLUINDO MANUTENÇÃO E TREINAMENTO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSP. MUN. DR. GIL ALVES DE BOCAIUVA/MG. Entr. Envel./Credenc.: Até às 09:30h. do dia 29/03/2022. Inform. pelo tel.: (38) 3251-6500/E-mail: licita.hga@gmail.com (Edital no Portal: bocaiuva.mg.gov.br ou via e-mail). Bianca Claudina Fernandes Peixoto- Pregoeira

O HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES, através de sua Pregoeira Oficial torna público o PL. 006/2022 – PP 004/2022. Obj.: CONTRATAÇÃO DE ME/EPP/EQUIPARADAS NAS DIRETRIZES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 ATUALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO E CONTROLE DE TEMPERATURA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL DR. GIL ALVES DO MUNICÍPIO DE BOCAIUVA/MG. Entr. Envel./Credenc.: Até às 09:30h. do dia 01/04/2022. Inform. pelo tel.: (38) 3251-6500/E-mail: licita.hga@gmail.com (Edital no Portal: bocaiuva.mg.gov.br ou via e-mail). Bianca Claudina Fernandes Peixoto- Pregoeira

LICENÇA AMBIENTAL

O DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE MINAS GERAIS – DER/MG, por determinação da Superintendência de Projetos Prioritários - SUPPRI, torna público que solicitou, por meio do Processo Administrativo nº 2022.03.01.003.0000468, Licença Prévia, Licença de Instalação e Licença de Operação, concomitantemente, (LP+LI+LO) (LAC1), para as atividades: Pavimentação e melhoramentos de rodovias; Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal; Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para armazenamento/disposição de solo proveniente de obras de terraplanagem previsto em projeto aprovado da ocupação, para as obras da Rodovia: MGC-479 – Trecho: Januária - Pandeiros, no município de Januária.



Gustavo Costa A. Oliveira, Leiloeiro MAT. JUCEMG nº 507, realizará o leilão online, por meio do Portal: www.gpleiloes.com.br. Abertura: 28/03/22. Encerramento: 07/04/22 a partir 14 hs. Bens: Ônibus, peças e eletrônicos; Comitentes: CISMICEL - Consórcio Inter-municipal de Saúde da Microrregião de Sete Lagoas. Informações sobre visitação e edital completo pelo site ou tel. (31) 3241-4164.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ/MG

PL nº 15/2022 - TP nº 05/2022

Obj: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Modificação e Extensão de Rede em Área Urbana nas Ruas Guilherme Capanema e Rua Júlia Mitre, Conceição do Pará e nas Ruas Santa Rita e Maria América na Comunidade de Santana da Prata - Município de Conceição do Pará/MG - Entrega dos envelopes dia 01/04/2022, às 09:00 hrs-Inf. pelo tel (37) 3276-1391-Edital pelo site www.conceicaoopara.mg.gov.br.
Lucrécia Dias Miranda
Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial nº 10/2022

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o Pregão Presencial nº 10/2022. Objeto: Contratação de serviços de empresa licenciada (aterro sanitário) para o recebimento e destinação final dos resíduos sólidos urbanos do Município de Nova Lima. Data de realização 28/03/2022 às 13:30 h. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações.

Nova Lima, 16 de março de 2022.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços - nº 174/2021

O Município de Nova Lima torna público, que fará realizar o Pregão Presencial Registro de Preços - nº 174/2021. Objeto: Eventual contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de piso modular esportivo para quadras indoors e outdoors para atender as unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino e Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, destinando itens para cota de 25% para ME/EPP conforme art. 48, III da LC 123/06 alterada pela LC 147/14. Data de realização 28/03/2022 às 09:00 h. O edital poderá ser retirado no site www.novalima.mg.gov.br, em Portal da Transparência/Publicações.

Nova Lima, 16 de março de 2022.

A Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação

Processo nº 040/2022

Pregão nº 019/2022

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento e aplicação de peças em equipamentos odontológicos, instalados nas Unidades de Saúde deste Município, com entrega dos envelopes a partir das 08:00:00 horas do dia 04/04/2022. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 15/03/2022.

Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS/MG

Aviso de Licitação

Processo nº 041/2022

Pregão nº 020/2022

Objeto: Contratação de empresa destinada a prestação de serviços de lavagem da frota de veículos e máquinas das diversas secretarias deste município, com entrega dos envelopes a partir das 08:00:00 horas do dia 05/04/2022. Maiores informações pelo telefone (038) 3824-1356 - ou através do e-mail licitacao@riopardo.mg.gov.br ou ainda na sede da Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas - 15/03/2022.

Astor José de Sá - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 016/2022 na modalidade Pregão Eletrônico nº 005/2022, cujo objeto prevê o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Materiais para Confeção de Bloquetes, destinados a atender as necessidades das Secretarias Municipais da Administração Pública do Município de São Francisco/MG, a serem realizadas de forma parcelada. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08:00 horas do dia 04/04/2022. Ass.: Miguel Paulo Souza Filho - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 99244-0099 ou via e-mail: licitacao@saofrancisco.mg.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO/MG

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de São Francisco/MG torna público que fará realizar Processo Licitatório nº 021/2022 na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2022, cujo objeto prevê o Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Cestas Básicas Alimentícias, a serem realizadas de forma parcelada, destinadas a atender as necessidades das famílias em situação de vulnerabilidade temporária e risco social. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às 08:00 horas do dia 05/04/2022. Ass.: Miguel Paulo Souza Filho - Prefeito Municipal. Informações e Esclarecimentos: (38) 99244-0099 ou via e-mail: licitacao@saofrancisco.mg.gov.br. Consulta ao Edital: www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br ou www.portaldecompraspublicas.com.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO - 015/2022

AVISO DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº:015/2022-RP - 011/2022 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER O SETOR ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL DE ARAGUARI DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E AGRONEGÓCIOS. Data da Sessão de Disputa de Preços: Dia 29/03/2022 às 09:00 horas. Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital completo encontra-se disponível nos sites: <https://araguari.mg.gov.br/licitacoes> e www.licitanet.com.br. Maiores informações no Departamento de Licitações e Contratos, na Rua Virgílio de Melo Franco nº 550, ou pelo telefone (0**34) 3690-3280. Araguari, 14 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Aviso de Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2022

O Município de Araguari-MG, comunica aos interessados que, fará realizar a licitação na modalidade Tomada de Preços nº 001/2022, TIPO/CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO E REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, visando a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO DE PRÁTICAS MARCAIS - MESTRE CORISCO NO SEQUINTE ENDEREÇO: AVENIDA MATO GROSSO EM FRENTE AO Nº 2049 - PRÓXIMO AO VAGÃO CLEVER SANTOS SALOMÃO, CONFORME DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA EM ANEXO, JUSTIFICA-SE A CONSTRUÇÃO DA MESMA PARA ATENDER OS ANSEIOS DA POPULAÇÃO ARAGUARINA JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E DA JUVENTUDE. Os envelopes contendo os documentos de habilitação e proposta deverão ser entregues até às 13:00 horas do dia 05 de abril de 2022, sendo que a abertura dos envelopes será realizada no mesmo dia e horário. As empresas interessadas em participar desta licitação poderão vistoriar o local onde será executada a obra/serviço, mediante agendamento, em dias úteis e respeitado o horário do expediente normal da PMA, até o dia 04 (quatro) de abril de 2022. Os horários estabelecidos neste Edital respeitarão o Horário Oficial de Brasília - DF. Mais informações pelo telefone: (34) 3690-3280.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUARI/MG

AVISO DE 1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 086/2021

AVISO DE 1ª REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº: 086/2021 - RP - 068/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SUPRIMENTO E ACESSÓRIOS GENUÍNOS, SERVIÇOS, TIPO MENOR PREÇO UTILIZANDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O MAIOR DESCONTO PERCENTUAL (%) SOBRE A TABELA OFICIAL DE PREÇOS FORNECIDA PELO FABRICANTE, PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS EQUIPAMENTOS DE ENGENHARIA: MOTONIVELADORA VOLVO G710 SÉRIE X500059X, MOTONIVELADORA CASE 845 B SÉRIE NAA12005, MOTONIVELADORA CATERPILLAR 12G SÉRIE 3 PL00948, MOTONIVELADORA NEW HOLLAND RG140B SÉRIE NGAFO0308, MOTONIVELADORA XCMG SÉRIE GR1083BR E PÁ-CARREGADEIRA CASE W20 B SÉRIE 6947376 PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA. Data da Sessão de Disputa de Preços: Dia 06/04/2022 às 13:30 horas. LOCAL: Departamento de Licitações e Contratos, na Rua Virgílio de Melo Franco nº 550. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF). O Edital completo encontra-se disponível nos sites: <https://araguari.mg.gov.br/licitacoes>, maiores informações pelo telefone (0**34) 3690-3280.

Araguari, 14 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO CHIQUE/MG
P. n.º 014/22, Credenciamento n.º 001/22. Objeto: Credenciamento para a contratação de 01 (um) Profissional de Educação Física e 01 (um) estagiário, estudante de educação Física, para planejarem e executarem as atividades do Núcleo durante 24 (vinte e quatro) meses. Data para entrega: A partir de 18/03/2022 das 08:00h ao dia 25/03/2022 até as 09:00h. Edital: Prefeitura, e-mail: licitacaoPontochique2017@gmail.com ou pelo Site.
Ponto Chique-MG, 15/03/22 Ronilson Souza - Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
A PREF. MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG torna público o Processo Licitatório n.º 032/2022, Pregão Eletrônico n.º 018/2022. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS**. Abertura da sessão: 04/04/2022 às 08h30min. Edital disponível através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br e no portaldecompraspublicas.com.br
Maria Fernanda Melo - Pregoeira Oficial.

MUNICÍPIO DE LAGOA SANTA - Segunda Errata do Pregão Eletrônico 026/2022, no dia 04/04/2022 com recebimento das propostas comerciais até 09h. Objeto: aquisição de mini pá carregadeira em proveito da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura Municipal de Lagoa Santa - MG. O edital retificado e a errata na íntegra estarão disponíveis nos sites www.lagoasanta.mg.gov.br e www.bbmnetlicitacoes.com.br
Euvani Lindourar Pereira /Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRUTA DE LEITE/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
A Prefeitura Municipal de Fruta de Leite/MG, torna público a realização de licitação na modalidade INEXIGIBILIDADE 007/2022 - CREDENCIAMENTO 004/2022, processo de credenciamento a partir de 25 de março de 2022, com finalidade de Contratação de serviços médicos para fortalecimento das ações de saúde em atendimento à população do município (Atenção Primária - Estratégia Saúde da Família), segundo as condições estabelecidas no Edital, nos seus anexos e na minuta de contrato. Maiores informações, bem como Edital completo, junto a Prefeitura Municipal de Fruta de Leite/MG, com sede na Avenida Montes Claros, 900 - Centro, e-mail licitacao@frutadeleite.mg.gov.br e site frutadeleite.mg.gov.br
Fruta de Leite/MG, 15 de março de 2022
José Cardoso de Oliveira Júnior - Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VISCONDE DO RIO BRANCO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2022
A Administração Municipal de Visconde do Rio Branco, através da sua Pregoeira, torna público que fará licitação na modalidade Pregão Presencial, visando à seleção de empresa especializada no ramo, para composição do Quadro Geral de Registro de Preços para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos como bebedouro elétrico, freezers e refrigeradores, para atender às necessidades das Secretarias Requisitantes. (Ver maiores especificações no Edital) – Entrega de propostas, documentações e credenciais até o dia **30/03/2022 às 09:00 horas**, quando será dado início aos trabalhos. Cópia do edital já se encontra disponível para os interessados, à Praça 28 de Setembro, Centro, ou pelo site: www.viscondedoriobranco.mg.gov.br. Informações pelo Tel: (32) 3551-8150.
(Ass.) Jordana Teixeira da Luz – Pregoeira Oficial.

CONSMEPI - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTISSETORIAL DO MÉDIO RIO PARACATU ALTERAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO - Processo Licitatório n.º 004/2022 - Pregão Eletrônico n.º 002/2022. Objeto: Registro de Preço para eventual e futura aquisição de veículos leves e utilitários para atender aos Municípios integrantes do CONSMEPI, pelo período de 12 meses, conforme especificações constantes do Termo de Referência. Impugnações ao Edital, pedidos de esclarecimento. Impugnante: Nissan do Brasil Automóveis Ltda - CNPJ 04.104.117/0007-61. Resultado do julgamento: 1 - Acatado o pedido de informação quanto aos endereços de entrega dos bens; 2 - Respondido questionamento quanto à forma de garantia dos veículos, mantida a especificação contida no termo de referência; 3 - Indeferida impugnação e mantida a especificação quanto à potência do motor do veículo descrito no Item 5 do Termo de Referência (170 cv); 4 - Deferido o pedido da impugnante para alterar o prazo de entrega dos bens descritos nos itens 4 e 5 do Termo de Referência, modificando-o para 180 dias; 5 - Indeferida a Impugnação referente à pretensão da impugnante de limitar a participação no Certame a fabricantes e concessionárias de veículos novos, sendo permitida a participação, também, de revendedoras. A íntegra da decisão, precedida de parecer jurídico, poderá ser consultada na plataforma www.consmepi.mg.gov.br e www.licitardigital.com.br. Reitera-se a data e horário para prosseguimento do Certame no dia 29/03/2022, às 08h00min. Protocolo dos envelopes: até as 07h59min do dia 29/03/2022. Abertura da Sessão do Pregão Eletrônico: 08h00min do dia 29/03/2022. Consulta ao Edital e divulgação de informações: no site: www.consmepi.mg.gov.br; via telefone (31) 3852-1541, ramal 01 ou na Sede do CONSMEPI - Rua Santa Lúcia, 291 A, Bairro aclimação, João Monlevade/MG, de 07 às 11h e de 13 às 17h. Referência de tempo: horário de Brasília. Local da Sessão Pública: plataforma de licitações licitar digital - www.licitardigital.com.br. Valor estimado total de Contratação: R\$ 20.672.012,67 (Vinte milhões, seiscentos e setenta e dois mil, doze reais e sessenta e sete centavos). Tipo: Menor Preço por Item. Modo de disputa: Aberto. Esclarecimentos: diretamente pela plataforma de licitações, www.licitardigital.com.br. Edital Pregão Eletrônico n.º 010/2021 - CONSMEPI -, e no site www.consmepi.mg.gov.br, via telefone (31) 3852-1541 - Ramal 01 ou na Sede do CONSMEPI - Rua Santa Lúcia, 291 A - Bairro Aclimação - João Monlevade/MG, de 07 às 11h e de 13 às 17h., e-mail: licitacao@consmepi.mg.gov.br.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PMI/SMA/SUMAP/DICOM Nº 005/2022, PROCESSO 005/2022**, cujo objeto consiste no **Registro de preços, por item, para eventual aquisição de materiais de pintura para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes neste Termo de Referência do Edital, com vigência de 12 (doze) meses**. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **28/03/2022 às 12 horas** e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia **28/03/2022 às 13 horas**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados nos sites www.licitacoes-e.com.br (**ID BANCO DO BRASIL: 925731**), www.itabira.mg.gov.br (Menu: **Licitação – Editais de Aquisição**), e-mail compras.sma@itabira.mg.gov.br, ou na Diretoria de Compras 2º andar da Prefeitura, na Avenida Carlos de Paula Andrade nº 135 – Centro – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2336 – 3839-2409, de 2ª a 6ª feira, no horário de 12 às 18 horas, a partir do dia **16/03/2022**.
Itabira, 15 de março de 2022.
Alfredo Lage Drummond
Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHINHO/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO 028/2022 - TOMADA DE PREÇOS 002/2022
Contratação de empresa para execução de reformas e ampliações de unidades esportivas, conforme Contrato de Repasse no 875310/2018/ME/CAIXA. Data da abertura e julgamento: **01/04/2022 as 08:00hs**. Informações: www.riachinho.mg.gov.br
Riachinho-MG, 15/03/2022
Suely Aparecida Nunes Silva - Presidente da CPL.

MUNICÍPIO DE MACHADO

Extrato do I Termo Aditivo ao Contrato n.º 078/2021 PRC 288/21
Partes: Município de Machado / Terra e Técnica Eng e Emp Ltda. CNPJ n.º 02.740.940/0001-42. Objeto: Concessão de reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato. Assinatura: 14/03/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ERA – MG
Pregão Presencial n.º 11/2022
Objeto: contratação do serviço de transporte escolar destinado ao atendimento de alunos da rede pública de ensino, para aula regular, aula passeio e excursões culturais feito por veículos TIPO ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS e VAN, para atender a Secretaria Municipal de Educação. Dia: 30/03/2022, às 13:30 horas. Editais disponíveis no site: www.novaera.mg.gov.br ou no Departamento de Compras: Rua João Pinheiro, 91 – Centro.
Txai Silva Costa – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
A PREF. MUNICIPAL DE LUISLÂNDIA/MG torna público o Processo Licitatório n.º 033/2022, Pregão Eletrônico n.º 019/2022. Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES (PÃES, BOLOS, BISCOITOS, SALGADOS)**. Abertura da sessão: 05/04/2022 às 08h30min. Edital disponível através do e-mail: licitacao@luislandia.mg.gov.br e no portaldecompraspublicas.com.br
Maria Fernanda Melo - Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARANGOLA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 048/2022
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2022
Objeto: Contratação, regionalizada e exclusiva, de pessoa jurídica para fornecimento eventual, a depender da necessidade e da disponibilidade financeira, de produtos alimentícios, com exclusividade a Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, tudo conforme Edital, Termo de Referência e demais anexos. Credenciamento: 06/04/2022, das 09h às 09h e 30min - Abertura: 06/04/2022, às 09:30min - Informações: Pref. Municipal, Praça Cel. Maximiano, 88, Centro, Carangola/ MG - Tel: (32) 3741-9600. Carangola/MG, 15.03.2022 - Pregoeiro.

CECM DOS SERVENTUÁRIOS DA CIMENTO TUPI S/A E EMPRESAS COLIGADAS LTDA. - TUPICRED
CNPJ 19.551.787/0001-08 -NIRE 3140000267
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
O Presidente do Conselho de Administração da cooperativa, usando das atribuições conferidas pelo Estatuto Social, convoca os 514 associados que serão representados por 21 delegados com direito a voto, para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária que, em virtude de sua sede não comportar, se realizará no Auditório da Cimento tupi S/A, situada na BR 040 Km 655, Pedra do Sino, na cidade de Carandá/MG, no dia 28 de Março de 2022, em primeira convocação às 10 horas, com a presença de 2/3 do número total de delegados. Informamos que a devido à pandemia pela Covid-19, a capacidade máxima de presença física comportada é de 30 pessoas e que será disponibilizado link de acesso remoto. Caso não haja número legal para instalação em primeira convocação, ficam desde já convocados para a segunda convocação às 11h, no mesmo dia e local, com a presença de metade mais 01(um) do número total de delegados. Persistindo a falta de quórum legal, a assembleia realizar-se-á, no mesmo dia e local em terceira e última convocação às 12h, com a presença de no mínimo 10 delegados, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a)leitura para discussão e julgamento do relatório do Conselho de Administração, Parecer do Conselho Fiscal, Balanço Geral, Demonstração do Resultado e demais contas do exercício encerrado em 31/12/2021. b) Destinação do Resultado do Exercício de 2021; c) uso e aplicação do Fates; d) Eleição de membros do Conselho Fiscal, cujo mandato se estenderá até a posse dos que vierem a ser eleitos na AGO de 2023; e) Eleição de membros do conselho de Administração para composição de 03(três) cargos vagos, cujo mandato se estenderá até a posse dos que vierem a ser eleitos na AGO de 2023; e f)Outros assuntos de interesse geral, sem caráter deliberativo. Carandá, 15 de Março de 2022. Cláudio Renato Mayrink – Presidente do Conselho de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LIMA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência
Pública n.º 025/2021
O Município de Nova Lima torna público que realizará licitação na modalidade Concorrência Pública n.º 025/2021. Objeto: Construção de arquibancada e arena – Centro de educação Ambiental, Nova Lima/MG. A abertura dar-se-á no dia 25/04/2022 às 09:00 h na Rua Bias Fortes, nº 62 – 2º andar, Centro – Nova Lima/MG. O Edital estará disponível a partir do dia 15/03/2022 no site www.novalima.mg.gov.br e no Departamento de Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Lima. Nova Lima, 15 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINAS NOVAS/MG
Pregão Presencial n.º 025/2022.
Objeto: Reg. Preços eventual prestação de serviço de reforma de pneus p/ frota municipal. Abertura às 08:30 horas do dia 29/03/2022. Informações/Edital: (33) 3764-1252. Maria A. A. da Costa. Pregoeira.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO RIO PARDO – CISARP
Com sede à Rua Tupis, 545, Bairro Sagrada Família, Taubateiras/MG-CEP 39555-000, torna-se público a quem interessar que estará realizando licitação na modalidade Credenciamento Nº 002/2022, cujo objeto será Contratação de empresa especializada para Campanha de realização de Procedimentos Cirúrgicos de Pterígios e Catarata, destinados ao atendimento dos municípios participantes do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Rio Pardo-CISARP. Primeira Sessão 25/03/2022 às 09:00. Informações complementares no endereço acima mencionado, no horário de 07h00min às 11h00min e de 13h00min às 17h00min, pelo fone (38)3845-8122 ou através do e-mail: gistaioibeiras@gmail.com preferencialmente. Taubateiras/MG, 14/03/2022 – Ancelmo Martins Mendes - Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 48/2022
INEXIGIBILIDADE Nº. 04/2022
O Município de Janaúba/MG torna público para conhecimento dos interessados, que encontra-se aberto no período de 28 de março de 2022 até 28 de março de 2023, o Credencia- mento por meio do Processo de Inexigibilidade nº04/2022, para contratação de prestador de serviço para atender a demanda de doença renal crônica, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao setor de licitações, no referido endereço supracitado, no horário de 12:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, assim como no site: www.janauba.mg.gov.br. Janaúba-MG, 14 de março de 2022. Tamiiris Greycielle de Paula Borges Assessora Especial em Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANAÚBA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº. 44/2022
TOMADA DE PREÇO Nº. 09/2022
O município de Janaúba/MG torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 06 de abril de 2022, às 09:00, em sua sede situada na praça dr. rockert, nº 92, centro, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2022, NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2022, para contratação de empresa especializada para realização de serviços e obras de recuperação e revitalização de logradouros públicos, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, cuja cópia poderá ser adquirida junto ao setor de licitações, no referido endereço, no horário de 12:00 às 18:00 horas, nos dias úteis, assim como no site: www.janauba.mg.gov.br. Janaúba-MG, 14 de março de 2022. Tamiiris Greycielle de Paula Borges Assessora Especial em Licitações.

MUNICÍPIO DE MACHADO

Extrato do III Termo Aditivo ao Contrato n.º 064/2021 PRC 218/21
Partes: Município de Machado / Terra e Técnica Eng e Emp Ltda. CNPJ n.º 02.740.940/0001-42. Objeto: Concessão de reequilíbrio econômico-financeiro ao contrato. Assinatura: 11/03/2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAXÁ/MG
Aviso de Remarcação de Licitação. Pregão Eletrônico 09.019/2022. Processo 28. Objeto: Aquisição de hortifrutigranjeiros para atender as necessidades de diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Araxá-MG. O Município de Araxá, comunica aos interessados que em virtude de readequação técnica do Edital fica designada nova data de acolhimento das propostas 16/03/2022 a partir das 08:00 horas até 29/03/2022 às 09:00 horas; Abertura das Propostas de Preços e Início da sessão de disputa de preços dia 29/03/2022 às 09:05 horas. Local: www.licitanet.com.br. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília – DF. Edital disponível nos sites: www.licitanet.com.br e www.araxa.mg.gov.br no dia 16/03/2022. Setor de Licitações: 0(34)3691-7082.
Rubens Magela da Silva - Prefeito Municipal, 14/03/2022.

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIUMHI
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2022.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2022.
Em conformidade com o caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, substanciado nos documentos constantes nos autos, **RATIFICO** a Dispensa de Licitação em epígrafe, com fundamento no art. 24, inc. IV da Lei nº 8666/93, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de locação de caminhão pipa para abastecimento de água em caráter emergencial, para a comunidade de Penedos no município de Piumhi/MG. Contratada: M & V Materiais de construção Ltda. – **R\$ 20.000,00 (vinte mil reais)**. Dotação Orçamentária: Programas: 17.512.0447.2162 e Elemento 3.3.90.39.00.
Eduardo de Assis - Diretor Executivo do SAAE.
Piumhi, 14 de março de 2022.

SAAE SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE PIUMHI
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2022.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2022.
Em conformidade com o caput do artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93, substanciado nos documentos constantes nos autos, **RATIFICO** a Dispensa de Licitação em epígrafe, com fundamento no art. 24, inc. II da Lei nº 8666/93, objetivando a Aquisição de compressor de ar e propulsora pneumática para graxa para atender a demanda do SAAE de Piumhi. Contratada: **EURIPEDES BARSANUO FERREIRA ME – R\$ 11.680,70**. Dotação Orçamentária: Programas: 17.512.0447.2162 / e Elementos 4.4.90.52.00 / 3.3.90.30.00
Eduardo de Assis - Diretor Executivo do SAAE.
Piumhi, 07 de março de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACATU/MG
Secretaria Municipal de Esporte. Aviso de Licitação. Pregão Presencial Nº 02/2022. Processo de Compra nº 432/2021 – Tipo: Menor Preço por Lote. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE ARBITRAGEM E MASSOTERAPEUTA EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, Local da realização da sessão pública do PREGÃO: Prefeitura Municipal de Paracatu, sediada à Rua da Contagem, nº 2045 – Paracatuzinho, no dia **04-04-2022** às 09:00h. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados na Superintendência de Licitações e Contratos - situada na Rua da Contagem, nº 2045 – Paracatuzinho e no site da Prefeitura www.paracatu.mg.gov.br.
Paracatu, 14 de março de 2022.
Diego Porfirio de Araújo – Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENTRE RIOS DE MINAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2022
A Prefeitura Municipal de Entre Rios de Minas/MG, torna público, a abertura do Processo Licitatório n.º 018/2022, na modalidade Pregão Eletrônico n.º 007/2022, Edital de Licitação n.º 009/2022. Objeto: Aquisição de insumo calcário dolomítico, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Município de Entre Rios de Minas/MG. Critério de julgamento: Menor Preço por Item. Data de abertura: 29 de março de 2022, às 09h00min, horário de Brasília. Endereço Eletrônico: <http://enterriosdeminas.pregaonet.com.br/> O Edital encontra-se disponível no link "Licitações", sub-link "Licitações 2022 - Pregão", do sítio eletrônico www.enterriosdeminas.mg.gov.br - Mais informações pelo telefone (31) 3751-1220, Ramal 208.
Entre Rios de Minas/MG, 15 de março de 2022.
JOSÉ WALTER RESENDE AGUIAR - PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABIRA-MG
AVISO DE LICITAÇÃO
O município de Itabira torna público que fará realizar **PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA PMI/SMA/SUMAP/DICOM Nº 013/2022, PROCESSO 022/2022**, cujo objeto consiste no **Registro de preços, por item, para eventual aquisição de material odontológico para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Itabira/MG, conforme quantidades e especificações constantes no Anexo I – Termo de Referência do Edital, com vigência de 12 (doze) meses**. A data limite para recebimento e abertura das propostas será dia **28/03/2022 às 13 horas** e o início da disputa do pregão dar-se-á no dia **28/03/2022 às 14 horas**. O Edital encontra-se à disposição dos interessados no site www.licitacoes-e.com.br (**ID BANCO DO BRASIL 924399**), no <https://www.itabira.mg.gov.br/> (Menu: **Licitação – Editais de Aquisição**), e-mail: compras.sma@itabira.mg.gov.br, ou no 2º andar da Prefeitura, na Avenida Carlos de Paula Andrade nº 135 – Centro – Itabira/MG – Telefone (31) 3839-2336 – 3839-2913, de 2ª a 6ª feira, no horário de 8 às 18 horas, a partir do dia **16/03/2022**.
Itabira, 15 de março de 2022.
Alfredo Lage Drummond
Secretário Municipal de Administração

